

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. CONSTITUIÇÃO: NATUREZA, CONCEITO, OBJETOS, ELEMENTOS, FONTES E CLASSIFICAÇÕES	27
2. INTERPRETAÇÃO DO TEXTO CONSTITUCIONAL.	34
3. NORMAS CONSTITUCIONAIS: CLASSIFICAÇÕES, APLICABILIDADE E EFICÁCIA	37
4. PODER CONSTITUINTE. REFORMA E REVISÃO CONSTITUCIONAIS	38
5. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: CONCEITO E SISTEMAS EXISTENTES. SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: NORMAS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS. SÚMULA VINCULANTE (LEI Nº 11.417/2006)	57
6. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS DIFUSOS E COLETIVOS. DIREITOS SOCIAIS. NACIONALIDADE, CIDADANIA E DIREITOS POLÍTICOS. PARTIDOS POLÍTICOS	97
7. AÇÕES CONSTITUCIONAIS: MANDADO DE SEGURANÇA (LEI Nº 12.016/2009); MANDADO DE INJUNÇÃO (LEI Nº 13.300/2016); AÇÃO POPULAR (LEI Nº 4.717/1965), HABEAS DATA (LEI Nº 9.507/1997) E HABEAS CORPUS	118
8. ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI Nº 12.527/2011)	126
9. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA; DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS; UNIÃO; ESTADOS; DISTRITO FEDERAL; E MUNICÍPIOS. ...	129
10. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DISPOSIÇÕES GERAIS E SERVIDORES PÚBLICOS	141
11. PODER LEGISLATIVO: FUNDAMENTO, COMPETÊNCIAS E GARANTIAS DE INDEPENDÊNCIA. PROCESSO LEGISLATIVO	141
12. PODER EXECUTIVO. FORMAS E SISTEMAS DE GOVERNO. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	156
13. PODER JUDICIÁRIO: DISPOSIÇÕES GERAIS; SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS; TRIBUNAIS E JUÍZES DOS ESTADOS	161
14. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEMAIS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	162
15. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	169

16. SEGURANÇA PÚBLICA	172
17. ORDEM SOCIAL: SEGURIDADE SOCIAL; EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; CIÊNCIA E TECNOLOGIA; COMUNICAÇÃO SOCIAL; MEIO AMBIENTE; FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E IDOSO. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	174

DIREITO PENAL

1. DAS INFRAÇÕES PENAIS	303
2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PENAL.	304
2.1. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	304
2.2. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL	304
2.3. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE	304
2.4. PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	305
2.5. PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS PENAS OU DA HUMANIDADE	306
2.6. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA OU DE NÃO CULPABILIDADE ...	306
2.7. PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA	307
2.8. PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE	307
2.9. PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PESSOAL DO AGENTE	307
2.10. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL	307
2.11. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA OU BAGATELA	308
2.12. PRINCÍPIO DA FRAGMENTARIEDADE	309
3. A LEI PENAL NO TEMPO	310
3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	310
3.2. TEMPO DO CRIME	311
4. A LEI PENAL NO ESPAÇO	311
4.1. LUGAR DO CRIME	311
4.2. LEI PENAL NO ESPAÇO	312
5. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	313
5.1. INTERPRETAÇÃO QUANTO AO MODO	313
5.2. INTERPRETAÇÃO QUANTO AO RESULTADO	314
5.3. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA	314
5.4. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA	314
5.5. ANALOGIA	314
5.6. PRINCÍPIOS PARA SOLUCIONAR O CONFLITO APARENTE DE NORMAS	315
6. INFRAÇÃO PENAL: ELEMENTOS, ESPÉCIES	315
6.1. ESPÉCIES DE INFRAÇÃO PENAL	315
6.2. ELEMENTOS DA INFRAÇÃO PENAL	316
7. SUJEITO ATIVO E SUJEITO PASSIVO DA INFRAÇÃO PENAL.	316
7.1. SUJEITO ATIVO	316
7.2. SUJEITO PASSIVO	316
8. TEORIA DO CRIME	317

8.1.	CONCEITO	317
8.2.	REQUISITOS DO CRIME	317
8.3.	CONDUTA	317
8.3.1.	TEORIAS SOBRE A CONDUTA	317
8.3.2.	CASOS DE AUSÊNCIA DE AÇÃO	318
8.3.3.	FORMAS DE CONDUTA	319
8.4.	NEXO DE CAUSALIDADE	320
8.5.	RESULTADO	322
8.6.	TIPICIDADE	322
9.	TEORIA GERAL DO CRIME: <i>ITER CRIMINIS</i>	323
9.1.	CONCEITO	323
9.2.	FASES DO CRIME	323
9.3.	ATOS DE COGITAÇÃO	323
9.4.	ATOS PREPARATÓRIOS	323
9.5.	ATOS DE EXECUÇÃO	323
9.6.	CONSUMAÇÃO	323
9.7.	TENTATIVA	324
9.8.	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA, ARREPENDIMENTO EFICAZ E ARREPEN- DIMENTO POSTERIOR	325
9.9.	CRIME IMPOSSÍVEL	326
9.10.	FOCOMASTER: SÚMULAS	326
10.	ILICITUDE	326
10.1.	CONCEITO	326
10.2.	CAUSAS EXCLUDENTES DA ILICITUDE	327
10.3.	ESTADO DE NECESSIDADE	327
10.4.	LEGÍTIMA DEFESA	328
10.5.	ESTRITO CUMPRIMENTO DE UM DEVER LEGAL	330
10.6.	EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO	331
10.7.	CONSENTIMENTO DO OFENDIDO	332
11.	CULPABILIDADE	332
11.1.	CONCEITO	332
11.2.	TEORIAS SOBRE A CULPABILIDADE	332
11.2.1.	TEORIA ADOTADA PELO CP	333
11.3.	ELEMENTOS	333
11.4.	IMPUTABILIDADE	333
11.4.1.	CAUSAS DE INIMPUTABILIDADE:	333
11.5.	POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE	334
11.6.	EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	334
11.6.1.	COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL E OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA	334
11.7.	COCULPABILIDADE	335

11.7.1.	COCULPABILIDADE ÀS AVESSAS	335
12.	PUNIBILIDADE	335
13.	ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO	338
13.1.	ERRO DE TIPO	338
13.2.	ESPÉCIES DE ERRO DE TIPO	338
13.3.	ERRO SOBRE O OBJETO	339
13.4.	ERRO SOBRE A PESSOA	339
13.5.	ERRO SOBRE O NEXO CAUSAL (<i>ABERRATIO CAUSAE</i>)	339
13.6.	ERRO NA EXECUÇÃO (<i>ABERRATIO ICTUS</i>)	339
13.7.	ERRO DE PROIBIÇÃO	340
14.	IMPUTABILIDADE PENAL	340
14.1.	CONCEITO	340
14.2.	PREVISÃO LEGAL	341
14.3.	REQUISITOS PARA A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL	341
14.4.	CAUSAS QUE EXLUEM A IMPUTABILIDADE	341
14.5.	CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA INIMPUTABILIDADE	342
14.6.	REQUISITOS DA INIMPUTABILIDADE SEGUNDO O SISTEMA BIOPSI-COLÓ-GICO	342
14.7.	EMBRIAGUEZ	342
14.8.	EMOÇÃO E PAIXÃO	345
15.	CONCURSO DE PESSOAS	346
15.1.	CONCEITO	346
15.2.	TEORIA ADOTADA NO CP	346
15.3.	ESPÉCIES DE AUTORIA	346
15.4.	ESPÉCIES DE PARTICIPAÇÃO	346
15.5.	TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO	346
15.6.	COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA	347
15.7.	CIRCUNSTÂNCIAS INCOMUNICÁVEIS	347
15.8.	PARTICIPAÇÃO IMPUNÍVEL	348
16.	CONCURSO DE CRIMES	348
16.1.	CONCEITO	348
16.2.	SISTEMAS DE APLICAÇÃO DA PENA ADOTADOS PELO CP	348
16.3.	SÍNTESE	348
16.4.	CONCURSO MATERIAL	349
16.5.	CONCURSO FORMAL	349
16.5.1.	REQUISITOS DO CONCURSO FORMAL (OU IDEAL) DE CRIMES	349
16.5.2.	ESPÉCIES	349
16.5.3.	CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DA PENA	349
16.5.4.	CÚMULO MATERIAL BENÉFICO	350
16.6.	CRIME CONTINUADO	350

16.6.1.	TEORIA ADOTADA	350
16.6.2.	ESPÉCIES	351
17.	DAS PENAS	352
17.1.	ESPÉCIES	352
17.2.	PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	352
17.3.	TEMPO DE PENA E REGIME	353
17.4.	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO	353
17.5.	REQUISITOS PARA A SUBSTITUIÇÃO POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	353
17.6.	TEMPO MÁXIMO DE CUMPRIMENTO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	354
17.7.	PENA DE MULTA	354
17.8.	MEDIDAS DE SEGURANÇA	355
17.9.	APLICAÇÃO DA PENA	356
18.	LIVRAMENTO CONDICIONAL	361
18.1.	CONCEITO	361
18.2.	REQUISITOS OBJETIVOS	362
18.3.	REQUISITOS SUBJETIVOS	362
19.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	363
19.1.	REQUISITOS OBJETIVOS	363
19.2.	REQUISITO SUBJETIVO	363
19.3.	ESPÉCIES DE <i>SURDIS</i>	363
19.4.	REVOGAÇÃO OBRIGATÓRIA	364
19.5.	REVOGAÇÃO FACULTATIVA	364
20.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	365
20.1.	EFEITOS AUTOMÁTICOS	365
20.2.	EFEITOS NÃO AUTOMÁTICOS	365
20.3.	CONDENAÇÕES SUPERIORES A 6 ANOS DE RECLUSÃO	365
20.4.	REABILITAÇÃO (ART. 94 CP)	366
21.	PRESCRIÇÃO	367
21.1.	CONCEITO	367
21.2.	TIPOS	367
21.3.	PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA	367
21.4.	PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	369
21.5.	CAUSAS IMPEDITIVAS DA PRESCRIÇÃO	369
21.6.	CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO	369
21.7.	PRESCRIÇÃO VIRTUAL	369
22.	HOMICÍDIO	371
22.1.	HOMICÍDIO SIMPLES	371
22.2.	HOMICÍDIO PRIVILEGIADO	371
22.3.	HOMICÍDIO QUALIFICADO	371

22.4.	HOMICÍDIO FUNCIONAL	372
22.5.	FEMINICÍDIO	372
22.6.	HOMICÍDIO CULPOSO	374
22.7.	PERDÃO JUDICIAL	374
22.8.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	375
23.	INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU AUTOMUTILAÇÃO	375
23.1.	AUTOMUTILAÇÃO	375
23.2.	ALTERAÇÃO DO PRECEITO SECUNDÁRIO (PRECEITO SECUNDÁRIO É A PENA)	376
23.3.	FORMA QUALIFICADA	376
23.4.	FORMAS MAJORADAS	376
23.5.	CONFIGURAÇÃO DE OUTROS TIPOS PENAIIS	377
24.	INFANTICÍDIO	377
24.1.	CONCEITO	377
24.2.	SUJEITO ATIVO	377
24.3.	CLASSIFICAÇÃO	378
24.4.	QUESTÃO RELEVANTE	378
25.	ABORTO	378
25.1.	CONCEITO	378
25.2.	ABORTO ATÍPICO (NÃO SÃO PUNÍVEIS E NÃO ESTÃO PREVISTOS NA LEI) ..	378
25.3.	ABORTO TÍPICO E JURÍDICO (ESTÃO PREVISTOS EM LEI E NÃO SÃO PUNÍVEIS)	379
25.4.	ABORTO TÍPICO, ANTIJURÍDICO E CULPÁVEL (ESTÃO PREVISTOS EM LEI E SÃO PUNÍVEIS)	379
25.5.	CONDUTAS CRIMINOSAS	380
26.	LESÃO CORPORAL	380
26.1.	CONCEITO/BEM JURÍDICO	380
26.2.	CLASSIFICAÇÃO	381
26.3.	DIFERENÇAS ENTRE LESÃO CORPORAL GRAVE E GRAVÍSSIMA	381
26.4.	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	382
27.	PERIGO DE CONTÁGIO VENÉREO	383
27.1.	PRECEITO LEGAL	383
27.2.	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CRIME	383
27.3.	SUJEITOS	384
28.	PERIGO DE CONTAGIO DE MOLÉSTIA GRAVE	384
28.1.	PRECEITO LEGAL	384
29.	PERIGO PARA A VIDA OU SAÚDE DE OUTREM	384
29.1.	PRECEITO LEGAL	384
29.2.	SUJEITOS DO CRIME	384
30.	ABANDONO DE INCAPAZ	384
30.1.	PRECEITO LEGAL	384

30.2.	AUMENTO DE PENA	385
30.3.	CONSUMAÇÃO	385
30.4.	QUALIFICADORAS	385
31.	EXPOSIÇÃO OU ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO	385
31.1.	PRECEITO LEGAL	385
31.2.	SUJEITOS	385
31.3.	TIPO SUBJETIVO	385
31.4.	CONSUMAÇÃO/TENTATIVA	385
31.5.	FORMA PRETERDOLOSA	386
32.	OMISSÃO DE SOCORRO	386
32.1.	PRECEITO LEGAL	386
32.2.	TIPO OBJETIVO	386
32.3.	TIPO SUBJETIVO	386
32.4.	CONSUMAÇÃO/TENTATIVA	386
32.5.	CAUSA DE AUMENTO DE PENA	386
32.6.	PENA/AÇÃO PENAL	387
33.	CONDICIONAMENTO DE ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR EMERGENCIAL	387
33.1.	PRECEITO LEGAL	387
33.2.	CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA	387
33.3.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	387
34.	MAUS TRATOS	388
34.1.	PRECEITO LEGAL	388
34.2.	FORMA QUALIFICADA	388
34.3.	AUMENTO DE PENA	388
34.4.	MAUS-TRATOS X TORTURA	388
35.	RIXA	389
35.1.	PRECEITO LEGAL	389
35.2.	CONCURSO DE PESSOAS	389
35.3.	ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO	389
35.4.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	389
35.5.	RIXA QUALIFICADA	389
36.	DOS CRIMES CONTRA A HONRA	389
36.1.	A QUESTÃO DA INJÚRIA PRECONCEITUOSA	390
36.2.	FOCOMASTER: JURISPRUDÊNCIA	391
36.3.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	391
36.4.	TIPOS DE AÇÃO PENAL	392
37.	CONSTRANGIMENTO ILEGAL	392
37.1.	CONCEITO	392
37.2.	CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DA PENA	393
37.3.	EXCLUSÃO DO CRIME	393

38.	CRIME DE AMEAÇA	393
38.1.	PRECEITO LEGAL	393
38.2.	CLASSIFICAÇÃO	393
39.	SEQUESTRO E CÂRCERE PRIVADO	394
39.1.	PRECEITO LEGAL	394
39.2.	BEM JURÍDICO TUTELADO	394
39.3.	SUJEITOS DO CRIME	394
39.4.	TIPO SUBJETIVO	394
39.5.	FORMA QUALIFICADA	394
39.6.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	395
40.	REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO	395
40.1	PRECEITO LEGAL	395
40.2.	CONSIDERAÇÕES	395
40.3.	FORMAS EQUIPARADAS	396
40.4	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	396
41.	TRÁFICO DE PESSOAS	396
41.1.	PRECEITO LEGAL	396
41.2.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (DE 1/3 ATÉ A 1/2)	396
42.	VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO	397
42.1.	PRECEITO LEGAL	397
42.2.	ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO	397
42.3.	FIGURA QUALIFICADA	398
42.4.	CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO DA PENA	398
42.5.	TENTATIVA	398
42.6.	CAUSAS DE EXCLUSÃO DE ILICITUDE	398
42.7.	CONCEITO DE CASA (<i>NORMA PENAL EXPLICATIVA</i>)	398
42.8.	AÇÃO PENAL	398
43.	FURTO	398
43.1.	PRECEITO LEGAL	398
43.2.	OBJETIVIDADE JURÍDICA	399
43.3.	SUJEITOS	399
43.4.	CONSUMAÇÃO	399
43.5.	FURTO DE USO	399
43.6.	PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	399
43.7.	FURTO MAJORADO PELO REPOUSO NOTURNO	400
43.8.	CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA (FURTO "PRIVILEGIADO" OU MÍNIMO)	400
43.9.	FURTO QUALIFICADO	400
43.10.	<i>PHISHING</i>	401
44.	DO ROUBO	401
44.1.	PREVISÃO LEGAL	401

44.2.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	401
44.3.	ROUBO PRÓPRIO (<i>CAPUT</i>)	402
44.4.	ROUBO IMPRÓPRIO (OU ROUBO POR APROXIMAÇÃO)	402
44.5.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (ROUBO MAJORADO)	402
44.6.	ROUBO QUALIFICADO	403
44.7.	ROUBO COMO CRIME HEDIONDO	403
45.	EXTORSÃO	403
45.1.	PREVISÃO LEGAL	403
45.2.	OBJETIVIDADE JURÍDICA	404
45.3.	SUJEITOS	404
45.4.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	404
45.5.	CONCURSO DE CRIMES	404
45.6.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (EXTORSÃO MAJORADA)	404
45.7.	EXTORSÃO QUALIFICADA	404
46.	EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO	405
46.1.	CONCEITO LEGAL	405
46.2.	EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO	405
47.	DO DANO	405
47.1	PREVISÃO LEGAL	405
47.2	DANO QUALIFICADO	405
47.3.	ELEMENTO SUBJETIVO	406
48.	APROPRIAÇÃO INDÉBITA	406
48.1.	PREVISÃO LEGAL	406
48.2.	CAUSA DE AUMENTO DE PENA	406
48.3.	CONSUMAÇÃO	406
48.4.	APROPRIAÇÃO INDÉBITA PRIVILEGIADA	406
49.	ESTELIONATO	407
49.1.	PREVISÃO LEGAL	407
49.2.	ESTELIONATO JUDICIÁRIO	407
49.3.	ESTELIONATO PRIVILEGIADO	407
49.4.	FRAUDE NO PAGAMENTO POR MEIO DE CHEQUE	407
49.5.	UTILIZAÇÃO DE PAPEL MOEDA GROSSEIRAMENTE FALSIFICADO	408
49.6	CAUSA DE AUMENTO DE PENA EM RAZÃO DA NATUREZA DA VÍTIMA	408
49.7.	CAUSA DE AUMENTO DE PENA EM RAZÃO DA IDADE DA VÍTIMA	408
49.8	AÇÃO PENAL	408
50.	RECEPTAÇÃO	409
50.1.	PREVISÃO LEGAL	409
50.2.	AUTONOMIA DA RECEPTAÇÃO	409
50.3.	RECEPTAÇÃO DOLOSA (QUALIFICADA PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COMERCIAL OU INDUSTRIAL)	409

50.4.	RECEPTAÇÃO DOLOSA PRIVILEGIADA	409
50.5.	QUALIFICADORA (EM RAZÃO DA VÍTIMA ATINGIDA)	409
50.6.	RECEPTAÇÃO CULPOSA	410
50.7.	PERDÃO JUDICIAL	410
50.8.	RECEPTAÇÃO DE ANIMAL	410
51.	DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	410
51.1	IMUNIDADE PENAL ABSOLUTA	410
51.2.	IMUNIDADE PENAL RELATIVA	410
51.3.	INAPLICABILIDADE DAS IMUNIDADES	411
52.	VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL	411
52.1.	PRECEITO LEGAL	411
52.2.	FIGURA QUALIFICADA	411
52.3.	NORMA DE EXTENSÃO	411
53.	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.	412
53.1.	AÇÃO PENAL	413
53.2.	AUMENTO DE PENA	413
53.3.	FOCOMASTER: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	414
54.	DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	415
55.	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	415
55.1.	FOCOMASTER: JURISPRUDÊNCIA	416
55.2.	O CRIME DE MOEDA FALSA	416
56.	CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	417
56.1	PECULATO (ESPÉCIES E DISTINÇÕES)	417
56.2.	CONCUSSÃO – CORRUPÇÃO PASSIVA E ATIVA	418
56.3.	DEMAIS CRIMES	418
57.	CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS	419

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.	DIREITO PROCESSUAL PENAL	423
2.	DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO DIREITO PROCESSUAL PENAL; PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO DIREITO PROCESSUAL PENAL	423
3.	SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS	428
4.	APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	429
5.	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL	430
6.	INQUÉRITO POLICIAL	432
7.	AÇÃO PENAL. AÇÃO PENAL PÚBLICA, AÇÃO PENAL PRIVADA, AÇÃO PENAL PRI- VADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA. CARACTERÍSTICAS E DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS DIFERENTES ESPÉCIES DE AÇÃO PENAL	448
8.	COMPETÊNCIA. CONEXÃO E CONTINÊNCIA	450

9. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES. QUESTÕES PREJUDICIAIS. EXCEÇÕES. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS. INCIDENTE DE FALSIDADE. INCIDENTE DE SANIDADE MENTAL DO ACUSADO	458
10. PROVA. TEORIA GERAL E ADMISSIBILIDADE DA PROVA. MEIOS DE PROVA. PROVAS EM ESPÉCIE. CAUTELARES REAIS E PESSOAIS	462
11. SUJEITOS DO PROCESSO. DO JUIZ, DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO ACUSADO, DO DEFENSOR, DOS ASSISTENTES E AUXILIARES DA JUSTIÇA	471
12. PRISÃO: PRISÃO EM FLAGRANTE; PRISÃO PREVENTIVA; PRISÃO TEMPORÁRIA; LIBERDADE; MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS DIVERSAS DA PRISÃO; FIANÇA; PRISÃO DOMICILIAR; AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	472
13. FATOS E ATOS PROCESSUAIS. CITAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO	480
14. SENTENÇA	481
15. TEORIA GERAL DO PROCEDIMENTO. PROCEDIMENTO COMUM: ORDINÁRIO, SUMÁRIO E SUMARÍSSIMO	483
16. PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	488
17. TEORIA GERAL DOS RECURSOS. PRINCÍPIOS BÁSICOS. RECURSOS EM ESPÉCIE	489
18. <i>HABEAS CORPUS</i> . REVISÃO CRIMINAL	492
19. NULIDADES	493
20. EXECUÇÃO PENAL	494

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

1. CONTRAVENÇÕES PENAIS	507
2. LEI DE CRIMES DE RESPONSABILIDADE	507
3. CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR	508
4. LEI DE CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS	509
5. EXECUÇÃO PENAL	510
6. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	510
7. PRECONCEITO DE RAÇA OU COR	511
8. PRISÃO TEMPORÁRIA	512
9. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	512
10. LEI DE CRIMES HEDIONDOS	513
11. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	515
12. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E AS RELAÇÕES DE CONSUMO	516
13. CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA	517
14. PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA	518
15. LEI DE LICITAÇÕES	519
16. ESTATUTO DA OAB	520
17. LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	522
18. LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	522
19. LEI DE TORTURA	524

20. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	525
21. LEI DO MEIO AMBIENTE	527
22. LEI DO SOFTWARE	529
23. LEI DE DIREITOS AUTORAIS	530
24. LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES	530
25. LEI DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS	531
26. ESTATUTO DO TORCEDOR	533
27. ESTATUTO DO IDOSO	534
28. ESTATUTO DO DESARMAMENTO	534
29. LEI DE RECUPERAÇÕES E FALÊNCIA	537
30. LEI MARIA DA PENHA	538
31. LEI DE DROGAS	542
32. LEI DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	547
33. LEI DE CRIMES CIBERNÉTICOS	548
34. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PELO DELEGADO DE POLÍCIA	548
35. CRIME ORGANIZADO	549
36. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	552
37. LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE	552
38. PACOTE ANTICRIME	553

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS, ELEMENTOS, PODERES E ORGANIZAÇÃO; NATUREZA, FINS E PRINCÍPIOS	557
2. DIREITO ADMINISTRATIVO: CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS	557
3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA. ÓRGÃOS PÚBLICOS	557
4. AGENTES PÚBLICOS	562
5. PROCESSO ADMINISTRATIVO	580
6. PODERES ADMINISTRATIVOS	591
7. ATO ADMINISTRATIVO	598
8. SERVIÇOS PÚBLICOS	612
9. BENS PÚBLICOS	621
10. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO. TRIBUNAIS DE CONTAS. MINISTÉRIO PÚBLICO ..	625
11. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	633
12. LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI Nº 12.846/2013 E SUAS ALTERAÇÕES).	638
13. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.	642
14. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.	646
15. LICITAÇÃO	654
16. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	663
17. REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 122/1994 E SUAS ALTERAÇÕES)	670

18. LEI ORGÂNICA E ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 270/2004 E SUAS ALTERAÇÕES)	753
19. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	856

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

1. FINANÇAS PÚBLICAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.	901
2. ORÇAMENTO: CONCEITO E ESPÉCIES, NATUREZA JURÍDICA, PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	902
3. NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO (LEI Nº 4.320/1964)	910
4. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000)	916
5. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE INTERNO E EXTERNO DOS ORÇAMENTOS	916
6. DESPESA PÚBLICA. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.	934
7. DISCIPLINA CONSTITUCIONAL DOS PRECATÓRIOS.	938
8. RECEITA PÚBLICA. CONCEITO, INGRESSOS E RECEITAS. CLASSIFICAÇÃO: RECEITAS ORIGINÁRIAS E RECEITAS DERIVADAS.	951
9. CRÉDITO PÚBLICO	958
10. CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS	966
11. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL NA CONSTITUIÇÃO	967

DIREITO AMBIENTAL

1. DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL. MEIO AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL	1051
2. COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS LEGISLATIVA E MATERIAL.	1051
2.1. COMPETÊNCIA MATERIAL	1051
2.2. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	1052
3. DEVERES AMBIENTAIS	1053
3.1. OS DEVERES PARA TODA A COLETIVIDADE	1054
4. FUNÇÃO AMBIENTAL PÚBLICA E PRIVADA. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	1054
5. CONCEITO DE MEIO AMBIENTE E SEUS ASPECTOS. MEIO AMBIENTE NATURAL, ARTIFICIAL, CULTURAL E DO TRABALHO	1055
5.1. ESPÉCIES DE MEIO AMBIENTE	1055
6. PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL	1055
1. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL	1055
1.1. DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO	1055
1.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1056
1.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1056
1.4. PRECAUÇÃO E PREVENÇÃO	1056
1.5. POLUIDOR-PAGADOR	1057
1.6. INFORMAÇÃO	1057

1.7.	PARTICIPAÇÃO	1057
1.8.	FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE	1057
1.9.	REPARAÇÃO <i>IN INTEGRUM</i>	1058
1.10.	<i>FAVOR DEBILIS</i>	1058
7.	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1058
8.	POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE	1061
7.	INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE	1063
9.	RECURSOS HÍDRICOS. LEI Nº 9.433/1997 E SUAS ALTERAÇÕES (POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS). SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS (SINGREH)	1067
10.	A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA FLORESTAL	1071
3.1.	ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E ÁREAS DE RESERVA LEGAL	1071
3.2.	CONCESSÃO FLORESTAL	1076
11.	LEI Nº 9.985/2000 E SUAS ALTERAÇÕES (SNUC). TIPOS DE UNIDADES, OBJETIVOS E CATEGORIAS. POLÍTICA URBANA. DIRETRIZES, INSTRUMENTOS E COMPETÊNCIA. ARTIGOS 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	
	LEI Nº 10.257/2001 E SUAS ALTERAÇÕES	1077
11.	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	1079
9.2.	REPARAÇÃO AMBIENTAL	1081
12.	CRIMES AMBIENTAIS	1082

MEDICINA LEGAL

1.	MEDICINA LEGAL: CONCEITOS — IMPORTÂNCIAS — DIVISÕES DA MEDICINA LEGAL	1087
1.1.	ALCANCE DA MEDICINA LEGAL	1087
2.	DOCUMENTOS MÉDICO-LEGAIS	1087
3.	CORPO DE DELITO — PERÍCIA — PERITOS	1088
4.	TANATOLOGIA FORENSE: CONCEITO E DIAGNÓSTICO DA MORTE; FENÔMENOS CADAVERÍCOS; CRONOLOGIA DA MORTE; PRÉ-MORIÊNCIA E COMORIÊNCIA; INUMAÇÃO E EXUMAÇÃO. CAUSA JURÍDICA DA MORTE. EXAME DE LOCAIS DE CRIME	1089
5.	MEDICINA LEGAL: TRAUMATOLOGIA FORENSE	1094
6.	SEXOLOGIA, GRAVIDEZ, PARTO E PUERPÉRIO, ABORTO, INFANTICÍDIO E ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO. EXAMES NO FETO. SEXUALIDADE ANÔMALA E PARAFILIAS	1116
7.	TOXICOMANIAS E EMBRIAGUEZ	1124
8.	PSIQUIATRIA FORENSE	1126
9.	PSICOLOGIA JUDICIÁRIA	1132
10.	LESÕES CORPORAIS E MAUS-TRATOS A MENORES E IDOSOS	1133
11.	ANTROPOLOGIA	1134

CRIMINALÍSTICA

1. NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA. DEFINIÇÕES E OBJETIVOS. ÁREAS DE ATUAÇÃO DA CRIMINALÍSTICA. CONCEITO DE CRIMINALÍSTICA. PRINCÍPIOS E POSTULADOS	1143
2. PROVA. CONCEITO E OBJETO DA PROVA. TIPOS DE PROVA: PROVA CONFESSIO-NAL, PROVA TESTEMUNHAL, PROVA DOCUMENTAL E PROVA PERICIAL. FORMAS DA PROVA: FORMA DIRETA E INDIRETA	1144
3. CORPO DE DELITO: CONCEITO. LOCAIS DE CRIME: DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO. PRESERVAÇÃO DE LOCAIS DE CRIME. VESTÍGIOS E INDÍCIOS ENCONTRADOS NOS LOCAIS DE CRIME. MODALIDADES DE PERÍCIAS CRIMINAIS	1162
3.1. CORPO DE DELITO. CONCEITO	1162
3.2. LOCAIS DE CRIME: DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO. PRESERVAÇÃO DE LOCAIS DE CRIME. VESTÍGIOS E INDÍCIOS ENCONTRADOS NOS LOCAIS DE CRI-ME	1164
3.3. MODALIDADES DE PERÍCIAS CRIMINAIS	1169

CRIMINOLOGIA

1. CRIMINOLOGIA. CONCEITO	1177
2. OBJETOS DA CRIMINOLOGIA: DELITO, DELINQUENTE, VÍTIMA, CONTROLE SO-CIAL	1177
3. CONTROLE SOCIAL	1180
4. TEORIAS SOCIOLÓGICAS.	1180
4.1. CRIMINOLOGIA POSITIVISTA	1180
4.2. IDEOLOGIA DA DEFESA SOCIAL	1181
4.3. TEORIAS PSICANALÍTICAS DA CRIMINALIDADE E DA SOCIEDADE PUNI-TIVA	1181
4.4. TEORIA ESTRUTURAL-FUNCIONALISTA DO DESVIO E DA ANOMIA	1181
4.5. TEORIA DAS SUBCULTURAS CRIMINAIS. ESCOLA DE CHICAGO. TEO-RIA DA ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL. LABELLING APPROACH. TEORIA CRÍTICA	1181
5. PREVENÇÃO DA INFRAÇÃO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. PRE-VENÇÃO PRIMÁRIA. PREVENÇÃO SECUNDÁRIA. PREVENÇÃO TERCIÁRIA	1183
6. MODELOS DE REAÇÃO AO CRIME	1183